

Moçambicanidade em processo ou *Estar desiludido não é desistir* (Um estudo sobre a trajetória literária de Mia Couto)*

Claudiany da Costa Pereira¹

AJES (Vale do Juruena/MT, Brasil)



“Eu somos tristes. Não me engano, digo bem. Ou talvez: nós sou triste? Porque dentro de mim, não sou sozinho. Sou muitos. E esses todos disputam minha única vida. Vamos tendo nossas mortes. Mas parto foi só um. Aí, o problema. Por isso, quando conto a minha história me misturo, mulato não de raças, mas de existências.”

(MIA COUTO, *Vozes anoitecidas*)

1 Mobilidade lingüística e cor da pele: *um pé na norma, outro na errância*

Nos debates sobre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa é freqüente discutir-se a cor da pele como um fator condicionante, ou não, para determinar a legitimidade da literatura de um autor. Este foi também um pressuposto preponderante do movimento literário e político Negritude que se desenvolveu na década de trinta, pautado pelas idéias de renascimento, indigenismo e negrismo, numa comunhão da identidade negra tanto do continente africano quanto da diáspora.² A mesma negritude é representante de uma parcela da nação moçambicana e da moçambicanidade. O conceito de nação é muito complexo, sobretudo quando aplicado a espaços pós-coloniais como Moçambique. No passado, o discurso histórico usou raça como um marcador de nação, mas hoje entendemos que raça é uma construção social e histórica. A raça é interessante para o estudo da história da humanidade, mas não tem lugar na política. Assim sendo, nação, para o efeito deste trabalho, é entendida como um conceito sem raça e a moçambicanidade como um conceito multiracial. Reconhecemos que um autor branco como Mia Couto é também representante desse substrato cultural, pois fala de (e do) local que é Moçambique e fala sobre a cultura moçambicana, em sua heterogeneidade de composição. Partindo das concepções de Stuart Hall³

sobre o indivíduo diaspórico e de Homi Bhabha⁴ do indivíduo que vive no *entre-lugar*, percebemos que a pureza não existe. Também as diferenças entre o puro e o não puro são um produto de contingências históricas e de uma construção social. Protestar a pureza seja da raça, etnia, religião ou pertença, não tem lugar uma vez que o homem contemporâneo é também aquele que vive desenraizado, sobretudo nas sociedades pós-coloniais.

Em 1990, Lourenço do Rosário escreveu que “os escritores moçambicanos herdaram uma realidade sócio-cultural de tal forma complexa, que 15 anos depois da independência, ainda é pertinente e motivo de discussão a cor da pele de quem escreve”.⁵ O autor acrescenta ainda, ao referir a questão, que “é uma realidade que não pode ser ignorada. Para ultrapassá-la é necessário começar desde já a construir uma base científica para a teoria da literatura moçambicana”,⁶ a qual não pode ser avaliada pelos parâmetros instituídos pelo cânone ocidental, pela sua particularidade de experiência colonial e pós-colonial. Na base desta teoria, entretanto, certamente se insere a noção de nação híbrida, formada pela raiz africana, ela própria híbrida e resultado de migrações e diásporas dentro do próprio continente africano. O Moçambique de hoje é o resultado de vários deslocamentos em que os encontros e confrontos entre distintos registros culturais produziram uma identidade plural de matriz partilhada. Origina-se daí uma sociedade não homogênea, mas que emerge da coabitação, e uma literatura que reflete essa realidade

* Este artigo é resultado da Tese de Doutorado intitulada “O retorno das Caravelas: narrativas moçambicana e timorense à luz dos Estudos Culturais”. A autora agradece a revisão e as sugestões de Luís Gonçalves, Doutorando em Literaturas Portuguesa e Brasileira pela University of North Carolina at Chapel Hill, NC.

e que tem como informadores, criadores, divulgadores (receptores), os mesmos elementos em presença nessa coabitação.

É durante a luta pela emancipação que o conceito de moçambicanidade subjugado aos ideais da revolução primeiro aparece numa literatura politicamente engajada. A nação que emerge do movimento emancipador combina o “eu” moçambicano com o próprio “eu” revolucionário. A arte legítima a revolução e os seus agentes, e o discurso literário restringe-se aos parâmetros estabelecidos pelo novo poder instituído.

Quando Mia Couto lançou em Moçambique *Vozes Anotadas*, o seu primeiro livro de contos, não foi bem aceito pela crítica por causa do rompimento que o autor realiza com o culto da revolução como fonte inquestionável da moçambicanidade e com o rompimento com a norma culta do português. Rui Nogar, poeta moçambicano, deputado, diretor do Museu da Revolução e secretário geral da Associação dos Escritores de Moçambique, considera que Mia Couto escreve sobre um Moçambique rural que desconhece. Homens como Rui Nogar fazem parte da primeira geração de autores moçambicanos pós-coloniais que estava envolta num primeiro momento nacionalista. Mia Couto pertence a uma segunda geração cujo trabalho já não reflete esse primeiro momento. Instala-se um mal-estar entre esta primeira geração e a geração de Mia Couto por este criticar abertamente, ou pelo menos lamentar, os resultados de algumas políticas do governo da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Desse modo, a escrita proposta por Mia Couto, não só não serve a visão revolucionária proposta no primeiro momento, como chega mesmo a desafiá-la, o que incomoda o ideal de moçambicanidade criado pelo “eu” revolucionário.

Em relação ao rompimento com a norma culta do português, podemos observar que nos primeiros momentos em que a crítica literária moçambicana se posiciona quanto à sua obra o faz de forma desconfiada com relação à mobilidade lingüística empregada pelo autor. As críticas “não compreendem esse trabalho de reescrita, de inovação e enriquecimento do próprio português, como fizeram, por exemplo, os brasileiros”,⁷ e além dos brasileiros, alguns africanos como Luís Bernardo Honwana e Luandino Vieira. Foi ao ler este último, aliás, que o autor diz ter voltado sua atenção “para as potencialidades literárias da língua popular africana”.⁸ De novo Rui Nogar e outros autores sugeriram que “esse gajo” devia ser levado ao meio rural para saber como fala o povo moçambicano, interpretando a escrita de Mia Couto como mimese do discurso popular.

É compreensível o fato de a crítica portar-se de maneira comedida com relação à escrita de um autor em ascensão, como Mia Couto. Sendo trazido à tona um argumento de autoridade calcado na obra de Guimarães

Rosa, por exemplo, a nova sintaxe, acompanhada de neologismos adaptados à realidade moçambicana, passa a ser interpretada não apenas como uma característica da obra do autor. Hoje, o que foi considerado um estranhamento à representação da identidade textual moçambicana passa a ser interpretado como identidade textual imprimida por Mia Couto às suas narrativas. Em igual equivalência, com a desconstrução da linearidade narrativa, o uso da história como cenário, a retomada do tema guerra colonial, as metáforas desenvolvidas durante o processo de exceção democrática porque passou Portugal, são características e marcas textuais de outros autores como Augusto Abelaira, José Saramago, Lídia Jorge, Lobo Antunes e João de Melo.

2 A proposta de moçambicanidade de Mia Couto: a outra via da língua

A norma, segundo o autor, tem de ser preservada, “mas há oscilações que são resultado da incursão de culturas, da convivência, do uso e domínio (apropriação) da língua em um contexto cultural existente e sólido como o africano”.⁹ Ao conferir ao português o papel de língua oficial, o aparelho de estado moçambicano dirige-se ao cidadão comum em português e espera que esse mesmo cidadão responda na mesma língua. Logo, a participação na vida cívica e política do país implica sim o domínio da língua portuguesa, conseqüentemente marginalizando as outras. No entanto, para a vasta maioria da população moçambicana o português é língua segunda, ou terceira. As interações sociais quotidianas das várias comunidades que formam a população moçambicana são expressas em línguas outras que não a portuguesa. Mia Couto defende que pela mistura cultural moçambicana a expressão “países de expressão portuguesa” não reflete tal realidade, pois até mesmo essa realidade é algo em construção, num país em que uma parcela pequena da população tem no português a sua língua nativa. Por outro lado, Mia Couto aponta com muita perspicácia que:

o português foi sempre aceite em Moçambique, acho que nunca foi um sujeito de discussão, as pessoas sempre o aceitaram como língua oficial. Acho também que nunca se questionou se é ou não uma língua nacional. De facto, acho que o português é a única língua que pode fazer circular Moçambique dentro de Moçambique. As outras línguas são regionalismos. É preciso pensar que Moçambique é um país que tem uma grande fragmentação lingüística que, claro, corresponde também a uma fragmentação étnica. Algumas crianças urbanizadas, por exemplo, não falam português. Outro problema é a crescente influência do inglês.¹⁰

O português, neste cenário, serve como língua de unificação dentro do país. É a língua da unidade, num cenário onde impera a fragmentação, em que a opção por

uma ou outra via lingüística poderia significar também a opção por uma ou outra etnia. Antonio Loja Neves, em “Mia Couto, o agitador”,¹¹ menciona as críticas feitas à escrita e à figura do referido escritor. Em relação à escrita, desacreditaram a obra narrativa inaugural por estar impregnada de neologismos e ter uma linguagem e representação distantes da moçambicanidade escolhida pelo aparelho de estado. Em relação ao autor, foi apontada a sua juventude, como indicador de inexperiência, e a ascendência europeia, como sinal de elemento estranho à Negritude. Ou seja, um autor branco jamais poderia ter a experiência de cor e todas as suas problemáticas e fenomenologias, só poderia viver a cultura nativa através do outro, sendo a sua escrita o testemunho de uma vivência da qual não é agente. Por isso somente autores negros podiam (poderiam) ser representativos da cultura africana, porque a vivenciavam enquanto elemento primordial do continente negro por excelência. Este posicionamento simplista fraquejou e perdeu-se com o tempo, sobretudo devido ao reconhecimento da nação como a soma das suas particularidades. O processo identitário de narrar a moçambicanidade através da literatura é reconhecidamente expor a realidade múltipla através da qual a moçambicanidade é praticada socialmente quotidianamente. O próprio Mia Couto se reconhece nessa multiplicidade quando diz que uma parte sua é europeia, e outra é africana, pois na convivência diária, no desenvolvimento de sua profissão de biólogo, foi assimilando a cultura local.

Mia Couto em entrevista a José Eduardo Agualusa¹² diz saber que a crítica rejeita o que considera ser, na sua obra, a mimetização do discurso popular, porque o moçambicano não fala assim. O autor afirma ter consciência disso: da crítica e da não representação da fala popular. Entretanto afirma recolher muitas construções lingüísticas que depois aparecem em livro em forma de “brincadeiras”,¹³ que são na verdade um modo de mostrar a maleabilidade bem como a mobilidade da língua. Há um processo de recolha destas expressões, ditos populares, aforismos, mas a transposição para a ficção não se faz de forma mecânica, em cima dessa recolha há um processo de recriação da linguagem. Em Moçambique, as pessoas recriam o português, brincam, experimentam essa nova realidade que se apresenta também na assimilação lingüística. É preciso considerar mais do que o próprio léxico, segundo Mia Couto, para falar uma das línguas étnicas moçambicanas, como o xona, por exemplo. O que a identifica é o ritmo de um discurso circular, marcado pela pausa.¹⁴ Aos 6 anos de idade, diz Mia Couto, aprendeu a falar chissena (a outra língua que se falava na Beira era o N’da), revelando a divisão cultural que integra a sua personalidade desde a infância, quando também aprendeu a conviver com a alteridade e a diversidade cultural. Torna-se natural essa consciência que marca o ritmo de

suas narrativas, bem como a diversidade de personagens identitariamente híbridas e, às vezes, em conflito, por essa inerente heterogeneidade, que povoam suas narrativas. Diz o autor:

Não sei se se poderá dizer isso, mas o português é, de facto, uma das únicas garantias da unidade e da manutenção daquele país com as fronteiras que tem e como projecto que vem de mesmo antes da independência. Parece paradoxal, mas é preciso recorrer a qualquer coisa estrangeira (entre aspas) para se construir a identidade nacional. Ela se constrói muito por confronto, por contraste com outros países que estão nas margens de Moçambique e todos eles falam inglês. É um pouco arrojado dizer que a mudança para o inglês significaria a fragmentação do país, mas creio que isso levaria à perda da identidade ou uma provável fragmentação na sequência dessa perda.¹⁵

A re-visitação da história e a apropriação da língua, naquilo que é uma realidade em construção, servem para unificar o país que vive uma realidade múltipla. Mia Couto pode incomodar com a sua mobilidade lingüística, mas a sua escrita não é uma simples mimese do discurso popular, o que ele reconhece. Ele, sobretudo, desafia o *status quo* político e social. O que foi num primeiro instante criticado como estranho, é hoje aceite como a identidade textual moçambicana escrita. Moçambique é acima de tudo a soma das suas partes fragmentárias, sendo a literatura de Mia Couto uma composição heterogênea dessa desagregação que é resultado de contingências históricas e sociais. A literatura moçambicana, em geral, e de Mia Couto em particular, não é mais um conceito restrito reservado aqueles textos que apresentam contato com os elementos nativos, mas antes um conceito mais inclusivo de uma literatura através da qual se constrói a própria nação na sua diversidade.

3 Moçambicanidade em processo: *estar desiludido não é desistir*

Acompanhar a trajetória de um escritor africano, e mais, de um escritor moçambicano – oriundo do país que vivenciou mudanças tão radicais: colonialismo e guerra colonial, independência e guerra civil, FRELIMO e governo marxista-leninista, FRELIMO e governo neoliberalista –, é também acompanhar as modificações dos conceitos e das necessidades através de uma faceta da composição de sua identidade. Citando o escritor nigeriano Wole Soyinka, Prêmio Nobel de Literatura em 1986,¹⁶ numa entrevista concedida à Livia Apa,¹⁷ Mia Couto sugere que não é necessário discutir os elementos que formam a moçambicanidade, porque “a tigre, ninguém precisa dizer de sua tigridade”. No entanto, nem sempre foi essa a postura do escritor diante das especificidades que pontuam a identidade de Moçambique, tampouco a postura da sociedade cultural moçambicana, no que tange

à sua representação cultural. Assim, em 1988, Mia Couto declara a António Loja Neves¹⁸ que a moçambicanidade está a nascer. Na entrevista, logo nos primeiros momentos de sua carreira, depois de ter lançado *Raiz de Orvalho* e *Cronicando*, o escritor destaca a importância em referir a essa nova realidade que experimenta o país. Dez anos mais tarde, entretanto, diz não ser necessário discutir as nuances de ser ou não ser moçambicano. Certamente, no momento em que não se torna mais necessário discutir essa questão é porque ela já foi exaustivamente discutida, bem como sua representação na história e na literatura:

há esta concepção no meu país de que a moçambicanidade está a nascer, vai formar-se, vai ter origem e raiz nesses dois fatores basilares, especialmente, no substrato cultural bantu das cidades, depois nos valores que a luta de libertação e a revolução mexeu e foi inculcando.¹⁹

Em 1990, Mia Couto diz que se a moçambicanidade está em construção, a língua portuguesa, que a sustenta, não está acabada, pois “está sujeita a pressões de coincidência, ou antes, que fazem com que cada uma daquelas comunidades imprima nesse mesmo pilar de moçambicanidade a sua própria impressão digital”.²⁰ A língua portuguesa, portanto, apresenta-se como um fator basilar para a expressão do que é nacional porque, mesmo sendo uma língua europeia, é a língua que vai comunicar e definir o nacional, para além das fronteiras geográficas do país e do continente africano, através de um código assimilado e escolhido.

Na mesma entrevista, o autor refere à distinção entre o que é lutar pela moçambicanidade no país e o que é lutar pela Negritude. O Movimento da Negritude teve fundamental importância histórica na afirmação da identidade africana através da representação ficcional da realidade do elemento majoritariamente deste continente. Nesse sentido, afirmar a produção literária oriunda de escritores de raça negra em detrimento e quase repúdio da literatura colonial, que apresentava o negro como elemento débil ou sem importância nesse fazer histórico, adquire vulto no sentido de construir, via literatura, um movimento de resistência a essa condição de inferiorização social. Entretanto, uma vez passada a independência desta nação, outras vozes se juntaram a estas primeiras, como as poesias de protesto da FRELIMO ou mesmo a produção de escritores de ascendência europeia, com ideologia antifascista ou anti-colonialista, como é o caso de Fernando Couto, o pai, e Mia Couto, o filho.

Afirmar a moçambicanidade no contexto contemporâneo equivale a afirmar por identificação ou mapeamento uma cultura que represente o mosaico nacional não apenas no seu elemento racial, como também nas dimensões multiculturais iniciadas pela empresa colonizadora e que hoje formam o mosaico de culturas, raças e línguas que é Moçambique. Mia Couto escreve o multiculturalismo de um país que se assume heterogêneo

e que preserva a diversidade de vozes e valores sem afrontar as normas de coesão e unidade nacionais. Logo, quando Mia Couto afirma: “em Moçambique está-se a lutar pela moçambicanidade e não pela Negritude”,²¹ está respondendo a esse posicionamento ortodoxo que imprime ao ser africano a afirmação de sua negritude. A sua afirmação distancia a moçambicanidade de mitologias nacionais perigosas que definem nação como algo monocultural, e denuncia conceitos de estado-nação que alimentam mitologias nacionais enraizadas na presunção calada de que a nação consiste de uma população homogênea, hermética e que perpetua a sua herança biológica. Afirmar ou construir a moçambicanidade é, além de comunicar em uma língua involuntariamente híbrida que adquiriu, nessa experiência, uma nova sintaxe, também representar este local de cultura na sua particularidade.

Falar do Moçambique contemporâneo é remeter a vários contextos históricos que foram decisivos para criar o quadro atual. Logo após a independência, o governo da FRELIMO estabeleceu um programa de governo baseado no marxismo. Muitas das políticas estabelecidas então provocaram desconforto nas populações-alvo, sobretudo as que continuaram políticas familiares do período colonial. Surgiu então o movimento armado RENAMO, com o apoio de países vizinhos que viam no projeto socialista moçambicano um desafio e uma ameaça à sua estabilidade interna. Esta organização tinha por bandeira o protesto e a luta contra ações do governo que considerava danosas para o futuro de Moçambique. No entanto, nunca conseguiu articular a sua mensagem de forma a estabelecer-se como uma clara alternativa, e muitas das cruéis e incompreensíveis ações executadas contra as populações durante a guerra civil comprometeram seriamente a legitimidade das suas reivindicações. Ao referir-se à guerra civil que então ocorria no seu país, Mia Couto diz na entrevista ao *Jornal África* que “a guerra hoje é um fenômeno de banditismo armado”, argumento que, segundo Christian Geffray²² era utilizado pela sociedade civil para caracterizar a ação da RENAMO. Este posicionamento de Mia Couto aparece claramente na sua obra. Por exemplo, em *Terra sonâmbula*, a personagem Muidinga refere-se aos bandos armados que destroem as aldeias e são responsáveis pelo caos que assola o país.

Em termos de políticas públicas, um dos pontos de discordância entre o governo da FRELIMO e a RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), considerado fundamental pelo primeiro para o desenvolvimento do país, foi o processo massivo de alfabetização feito pelo governo. Diz Mia Couto:

O fato de, durante esta guerra, sistematicamente se terem assassinado professores e destruído escolas, liquidou o espaço onde o português era ensinado e divulgado, originando um decréscimo da sua importância nas

zonas rurais e facilitando o desenvolvimento das línguas nacionais. Já nas cidades, em que o ensino do português se manteve, ele é a língua de maior domínio. [...] Devemos lutar para preservar as línguas nacionais, mas deve-se simultaneamente entender que o português que se vai popularizando também é uma língua moçambicana e deve ser tratada como coisa que é nossa e não como um fardo. É um elemento fulcral para que possa nascer a tal moçambicanidade, a unidade nacional que ainda hoje se acredita ser um valor.²³

Mas o projeto governamental focou-se no desenvolvimento de uma língua única representativa da unidade nacional, e acabou por se opor à evolução das línguas étnicas africanas pré-coloniais. Mia Couto declara que acha correta a posição da FRELIMO de ensinar o português o máximo possível pela norma, e permitir “o aparecimento de uma variante que fosse resultado não da ignorância nem do lapso, mas da incursão de culturas, da capacidade de apropriação. A criação pelo domínio da norma e não pela falta dele”.²⁴ O que remete à reflexão sobre a possibilidade de execução de tal projeto, uma vez que, o processo de alfabetização em massa (de uma língua praticamente estrangeira) nem de longe permite o domínio da técnica.

4 Para encerrar

A divergência entre os programas de governo da FRELIMO e a RENAMO gerou uma guerra fratricida. O saldo deixado pela guerra civil em Moçambique é incomensurável. A fatura humana de 1 milhão de mortos num país de 14 milhões de habitantes é inacreditável. Segundo Mia Couto, a euforia que se seguiu ao acordo de paz – que na ficção é descrito como se fosse um acordo realizado entre vivos e mortos – seguiu-se também “a percepção de que as coisas seriam mais complicadas. Apesar deste sentimento épico de que iríamos poder recomeçar tudo, apercebemo-nos logo a seguir que as feridas que a guerra provocara são muito mais profundas do que pareciam”.²⁵

Isso não é o mesmo que desistir de apostar em um melhor desempenho de governo nos projetos públicos, é apenas estar lúcido o suficiente para enxergar que não é tão simples modificar uma estrutura contaminada por outro regime de interesses distintos apenas com o decretar da independência. Antes de tudo é preciso aprender a governar, ou nas palavras de Mia Couto: “estar desiludido não é desistir”.

Para o autor moçambicano “é importante reparar que a vontade de aprendizagem e de êxito se chocam frequentemente com insuficiências de modelos políticos, com as opções de gestão e de administração da sociedade”.²⁶ Apesar das grandes transformações culturais por que passou a sociedade moçambicana nos últimos 30 anos, ainda há não muito tempo, na década de oitenta,

havia escassez de material para a produção escolar. Antes do aparecimento da N’Djira,²⁷ por exemplo, havia a experiência singela da nacionalização do parque gráfico, onde os moçambicanos passaram a publicar seus livros e a AEMO (Associação de Escritores de Moçambique), cujo entrave, além da escassez de recursos, era um certo racismo contra escritores brancos.

Embora hoje a sociedade moçambicana seja melhor compreendida como complexo híbrido cultural, o racismo, que no período colonial afetava a raça negra, na independência voltou-se à raça branca. Não que uma forma eliminasse a outra, em qualquer das épocas, apenas foi mais nitidamente observado conforme a vigência dos regimes políticos e suas ideologias. Couto diz em entrevista ao *JL Letras*²⁸ que nunca foi preciso que lhe explicassem o racismo, pois presenciava no cotidiano esse *apartheid* velado: na sua turma de escola, de trinta alunos apenas dois eram negros, e um era oriundo de Cabo Verde. Quando o autor se muda da Beira para a ex-capital colonial Lourenço Marques, vivencia outra experiência, pois na capital havia menos racismo e um forte movimento estudantil.

Além do saldo deixado pela guerra, os problemas com a educação e o racismo latente, um dos principais problemas é o uso (abuso ou omissão) da informação sobre África. Mia Couto anteriormente à independência não era “militante de cartão”, mas a um pedido da FRELIMO, dias antes do 25 de Abril, abandona a faculdade de Medicina e inicia-se no jornalismo. Vai trabalhar na *Tribuna*, cujo diretor era Rui Knopfli. Em seguida, com 20 anos, passa a diretor da Agência de Informação de Moçambique (AIM), e depois a diretor da Revista *Tempo* e do diário *Notícias*. Sua incursão pelo jornalismo ocupa dez anos de sua carreira, momento este que o autor relata como tendo sido o de viagem ao interior e por todo o país atrás da informação. Por isso também, segundo diz, suas narrativas dão conta de trazer à tona uma realidade social que muitas vezes é negligenciada pela imprensa, quando não pelo próprio governo. O autor reclama da onisciência com que os meios de comunicação e com eles a sociedade, se posiciona diante disso: “a informação portuguesa sobre África é muito pouco séria, nunca investiga, nunca interroga, nunca vai lá, quando se fala com um português sobre África o português já sabe”.²⁹

Então, suas narrativas respondem, de uma certa forma, também a essas questões que fazem parte da formação do imaginário de uma nação e da imagem que se tem dela no exterior. “Moçambique é uma nação que está a criar-se:”

Sendo um país que não tem identidade fixa, ele está a inventar o seu próprio retrato. Esta invenção do retrato exige a invenção de uma linguagem. E não só. De estilos, de narrativa. Que narrativa nos serve para contar aquele país que não é contável? Não é contável

porque não existe, é feito destes projetos pequenos que nós vamos somando. E nesse aspecto acho que sou eu que apanho boleia.³⁰

Como a nação, segundo Mia Couto, está se formando, todos os retratos – e isso inclui todos os substratos sociais que dela fazem parte – precisam vir à tona para preencher e complementar essa identificação.

Com todos esses pontos críticos levantados em relação ao contexto contemporâneo de Moçambique, a mensagem que Mia Couto deixa, através da narrativa e mesmo de suas entrevistas, resume-se a que o país passou por sucessivas crises de governo, por inexperiência administrativa. Talvez por isso mesmo, ou apesar disso, ainda é preciso entender tal inexperiência como uma experiência recente e uma tentativa de acertar. Nas palavras do autor:

Em Moçambique, mesmo que se sinta que o projeto ideal não está a ser aplicado ou que lhe fazem algumas traições, é importante assumires essa posição desiludida. Por que, se fores verdadeiro contigo próprio e meditares sobre esse percurso não te resta outra resposta senão anuíres que aprendeste muito, que viveste momentos muito belos, que te moldaram. Com todas as contradições sadias com que certamente te confrontas, essa análise mostra o espetáculo deslumbrante da oportunidade histórica, única, de assistires à construção de uma vida diferente e de presenciares todas as faces da vida, da cobardia ao heroísmo e às pequenas e grandes coisas do quotidiano que moldam a humanidade. Eu não troco esta experiência por coisa nenhuma.³¹

No momento presente podemos olhar a trajetória histórica de Moçambique e ter a verdadeira noção das possibilidades perdidas de 30 anos para cá. Esse é sem dúvida um exercício desmoralizador. O autor posiciona-se como um produto e um agente dessa trajetória moçambicana, mas o presente é o único tempo tangível em que todas as possibilidades históricas ainda estão em aberto, e num país em que isso tanto está sendo desafiado como negociado, Mia Couto é um observador e um participante privilegiado deste processo.

Se analisarmos a prática profissional experimentada por Mia Couto, veremos que sua escrita não é inocente, e o fato de ser mesclada com a oralidade, marca o discurso de subversão ao colonialismo e constitui uma tomada de posição em defesa dos direitos humanos, da sociedade civil e da liberdade de expressão. Ser escritor pode não ser uma missão, como descarta Mia Couto, mas existe uma simbologia significativa na obra dos autores da diáspora lusófona que nos permite afirmar que a literatura constitui uma arma branca em favor da liberdade humana. Eles representam as vozes que não se calam por não deixarem a história cair no esquecimento.

Ao seguir o percurso literário de Mia Couto percebemos os caminhos da sua identidade pessoal e

chegamos a este ponto em que ele já ultrapassou vários dogmas e conceitos do início da sua carreira e tem agora um olhar e entendimento maduro sobre a complexa sociedade moçambicana que recebemos através da sua expressão literária. A moçambicanidade está em construção e essa edificação não é sinônimo de Negritude, pelo contrário, tem hoje dimensões multiculturais e é um espelho de culturas, grupos étnicos, raças e línguas.

Mia Couto aceita a disseminação do português em Moçambique, mas de um português apropriado, adaptado, e recriado que vive na diferença. O autor defende que o respeito pela cultura local tem que estar em primeiro plano e o governo deve promover a educação. O racismo é entendido por Couto como algo que vai contra a essência da mesma moçambicanidade, ela própria um reflexo do complexo híbrido cultural existente no espaço moçambicano. Finalmente, as suas narrativas preenchem o espaço deixado pela informação disponível sobre África e servem para a concepção do arquétipo de uma nação e a sua projeção para o exterior. Na formação deste arquétipo identitário, as vozes de todos os substratos sociais precisam participar dessa identificação. O trabalho de Mia Couto divulga essas vozes e reinscreve-as na história.

Notas

- ¹ Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, área de concentração em Teoria da Literatura. Atualmente, é Professora de Literaturas de Lusófonas na AJES – Faculdades do Vale do Juruena, MT.
- ² LARANJEIRA, José Luís Pires. Mia Couto: sonhador de lembranças, inventor de verdades. *Letras & Letras*, Porto, 26 nov. 1992. p. 43-45.
- ³ HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. Adelaide La Guardia Resende et al. Liv Sovik (Org.). Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- ⁴ BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- ⁵ ROSÁRIO, Lourenço do. Moçambique: uma literatura em busca dos seus autores. *Público*, Lisboa, 17 jul. 1990. p. 7-8.
- ⁶ ROSÁRIO, Lourenço do. Moçambique: uma literatura em busca dos seus autores. *Público*, Lisboa, 17 jul. 1990. p. 7-8.
- ⁷ NEVES, António Loja. Não basta estar vivo. Viver é mais. *Jornal África*, Angola, 27 jul. 1988. p. 21-22.
- ⁸ NEVES, António. Esperantes. Entrevista a Mia Couto. *Expresso*, Lisboa, 12 dez. 1992. p. 67.
- ⁹ NEVES, António. Esperantes. Entrevista a Mia Couto. *Expresso*, Lisboa, 12 dez. 1992. p. 67.
- ¹⁰ APA, Lívia. Mulato não de raça, mas de existência. *Caravela*, Napoli: Instituto Universitário Oriental: 1998. Studi e ricerche di lingua e letteratura di espressione portoghese, p. 55-56.
- ¹¹ NEVES, António Loja. Mia Couto, o agitador. *Expresso*, Lisboa, 15 set. 1990. Caderno Cultura, p. 67.
- ¹² AGUALUSA, José Eduardo. A autenticidade está a nascer agora. *Público*, Lisboa, 17 jul. 1990. Entrevista a Mia Couto, p. 8-9.
- ¹³ Termo utilizado por Fernanda Cavacas para referir às (des)construções lingüísticas trabalhadas por Mia Couto. CAVACAS, Fernanda. *Mia Couto: acrediteiemos*. Lisboa: Instituto Camões/Mar Além, 2001.
- ¹⁴ SILVA, Rodrigues da. Mia Couto: um escritor abensonhado. *JL Letras*, Lisboa, 17 ago. 1994. p. 14-16.
- ¹⁵ SILVA, Rodrigues da. Mia Couto: um escritor abensonhado. *JL Letras*, Lisboa, 17 ago. 1994. p. 14-16.
- ¹⁶ Até o presente momento, 4 prêmios Nobel de Literatura foram distribuídos para escritores africanos: Wole Soyinka ou Wole Soyinka (1986, Nigéria), Nagib Mahfus (1988, Egípto), Nadine Gordimer (1991,

- África do Sul) e John Maxwell Coetzee (2003, África do Sul), sendo o nigeriano, dos autores citados, o único escritor africano negro.
- ¹⁷ APA, Livia. "Mulato não de raça, mas de existência". *Caravela*. Instituto Universitário Oriental. Napoli. 1998. (p. 55-56). (Studi e ricerche di lingua e letteratura di espressione portoghese).
- ¹⁸ NEVES, António Loja. Não chega estar vivo. Viver é mais. *Jornal África*, Angola, 27 jul. 1988. p. 21-22.
- ¹⁹ NEVES, António Loja. Não chega estar vivo. Viver é mais. *Jornal África*, Angola, 27 jul. 1988. p. 21-22.
- ²⁰ Mia Couto em entrevista ao *Jornal África*. COUTO, Mia. É preciso aceitar uma certa morte e renascer um bocado. *Jornal África*, Angola, 18 jul. 1990. p. 21-22.
- ²¹ Mia Couto em entrevista ao *Jornal África*. In: NEVES, António Lojas. É preciso aceitar uma certa morte e renascer um bocado. *Jornal África*, Angola, 18 jul. 1990. p. 21.
- ²² GEFFRAY, Christian. *A causa das armas*. Antropologia da guerra contemporânea em Moçambique. Trad. Adelaide Odete Ferreira. Porto: Edições Afrontamento, 1991.
- ²³ NEVES, António Loja. Esperantes. Entrevista a Mia Couto. *Expresso*, Lisboa, 12 dez. 1992. p. 67.
- ²⁴ NEVES, António Loja. Esperantes. Entrevista a Mia Couto. *Expresso*, Lisboa, 12 dez. 1992. p. 67.
- ²⁵ NEVES, António Loja. Mia Couto: estar desiludido não é desistir. *Expresso*, Lisboa, 17 ago. 1996. p. 69.
- ²⁶ NEVES, António Loja. Mia Couto: estar desiludido não é desistir. *Expresso*, Lisboa, 17 ago. 1996. p. 64.
- ²⁷ Editora da qual Mia Couto também é sócio.
- ²⁸ SILVA, Rodrigues da. Um escritor à varanda da história. *JL Letras*, Lisboa, 19 jun. 1996. p. 12-13.
- ²⁹ GUERREIRO, António. Uma linguagem ilimitada. *Expresso*, Lisboa, 17 ago. 1998. p. 22.
- ³⁰ SEABRA, Clara. Ainda não escrevi o meu livro. *Expresso*, Lisboa, 26 jun. 1997. p. 32-35.
- ³¹ GUERREIRO, António. Uma linguagem ilimitada. *Expresso*, Lisboa, 17 ago. 1998. p. 68.